

Unimed Saúde e Odonto S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

É com satisfação que apresentamos as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 da Unimed Saúde e Odonto S.A. (“Operadora”) e o relatório dos auditores independentes.

Conjuntura econômica

O ano de 2019 fechou com indicadores econômicos dentro das expectativas do governo. A prévia do PIB é de 0,89% no ano, fechando pouco abaixo da meta do governo de 1,12%. A queda foi ocasionada, principalmente pelo consumo das famílias no último trimestre de 2019.

O IPCA – índice nacional de preços ao consumidor amplo fechou o ano em 4,31%, pouco acima da meta estipulada de 4,15%.

O desemprego teve uma redução no final de 2019, atingindo 11,0% da população econômica ativa, com cerca de 11,4 milhões de brasileiros.

A taxa de juros fechou o ano de 2019 em 4,20%.

O ano de 2019 foi bom para o segmento de planos exclusivamente odontológicos, com crescimento no número de beneficiários de aproximadamente 1,7 milhão de novos beneficiários, fechando o ano de 2019 com 26,0 milhões de beneficiários exclusivamente odontológicos.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Unimed Saúde e Odonto S.A. encerrou o ano de 2019 com R\$ 90,5 milhões em contraprestações líquidas, apresentando um crescimento de 22,6% em relação ao exercício anterior.

Os eventos indenizáveis líquidos totalizaram R\$ 40,8 milhões (R\$ 33,1 milhões em 2018), com sinistralidade de 47,4% (47,2% em 2018).

O resultado financeiro alcançou R\$ 4,4 milhões em 2019, aumento de 15,5% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Com a queda na taxa de juros a Operadora precisou diversificar mais seus investimentos financeiros, buscando maximizar os ganhos financeiros.

As despesas administrativas e as receitas e despesas operacionais registraram um aumento de 7,6%, totalizando R\$ 25,4 milhões em 2019 (R\$ 23,6 milhões em 2018).

O lucro do exercício de 2019 no montante de R\$ 10,7 milhões está sendo utilizado para compensação de prejuízos acumulados e o saldo restante para distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

Os ativos totais totalizaram R\$ 85,9 milhões ao final de 2019 (R\$ 71,9 milhões em 2018), o que representa um aumento de 19,5% em relação ao exercício anterior. O aumento decorre do crescimento da carteira de investimentos, devido o aumento da operação odontológica e redução de custos, que trouxeram um maior volume de recursos a Operadora.

Capital Social: O patrimônio líquido da Operadora alcançou R\$ 68,2 milhões em dezembro de 2019, representado por 100.000.000 de ações.

Remuneração aos acionistas

Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados, aos beneficiários, aos corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Unimed Saúde e Odonto S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Saúde e Odonto S.A. (“Operadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Saúde e Odonto S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Unimed Saúde e Odonto S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante		67.853	52.265	Circulante		14.332	12.391
Disponível		2.079	1.140	Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	11	9.879	8.533
Realizável		65.774	51.125	Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG)		310	341
Aplicações financeiras	5	59.310	45.177	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		5.213	4.461
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		2.184	1.546	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		4.356	3.731
Aplicações livres		57.126	43.631	Débitos de operações de assistência odontológica		1.702	1.345
Crédito de operações com planos de assistência odontológica		1.501	2.582	Contraprestações a Restituir		5	7
Contraprestação pecuniária a receber	6	1.372	1.887	Receita antecipada de contraprestações		20	10
Contraprestações Corresponsabilidade Assumida	6	129	695	Comercialização sobre operações		1.677	1.328
Despesas diferidas	7	3.099	1.036	Tributos e encargos sociais a recolher	12	836	1.072
Créditos tributários e previdenciários	8	1.222	1.100	Débitos diversos	13	1.915	1.441
Bens e títulos a receber	9	639	1.128	Não circulante		3.425	1.895
Despesas antecipadas		3	102	Provisões	14	3.425	1.873
Não circulante		18.095	19.647	Provisões para ações judiciais		3.425	1.873
Realizável a longo prazo		17.508	18.747	Tributos e encargos sociais a recolher	12	-	22
Aplicações financeiras	5	16.080	18.121	Tributos e encargos sociais a recolher		-	22
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		14.035	12.180	Patrimônio líquido		68.191	57.626
Aplicações livres		2.045	5.941	Capital social	15	68.134	68.134
Créditos tributários e previdenciários	8	273	207	Reservas de lucros		117	-
Depósitos judiciais e fiscais	14	1.155	419	Ajustes de avaliação patrimonial		(60)	43
Imobilizado	10.a	133	83	Prejuízos acumulados		-	(10.551)
Imobilizado de uso próprio		133	83				
Imobilizado Hospitalares / Odontológicos		33	-				
Imobilizado Não odontológicos		100	83				
Intangível	10.b	454	817				
Total do ativo		85.948	71.912	Total do passivo e do patrimônio líquido		85.948	71.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Saúde e Odonto S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	2019	2018
Contraprestações efetivas de plano de assistência odontológica		86.195	70.230
Receitas com operações de assistência odontológica		90.467	73.799
Contraprestações líquidas	17.a	90.467	73.799
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência odontológica da operadora	17.b	(4.272)	(3.569)
Eventos indenizáveis líquidos		(40.828)	(33.118)
Eventos conhecidos	17.c	(40.203)	(32.672)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(625)	(446)
Resultado das operações com planos de assistência odontológica		45.367	37.112
Outras receitas operacionais de planos de assistência odontológica	17.e	99	-
Receitas de assistência odontológica não relacionadas com planos odontológicos da operadora	17.e	-	22
Outras Receitas Operacionais		-	22
Outras despesas operacionais com plano de assistência odontológica	17.e	(4.043)	(1.599)
Outras despesas de operações de planos de assistência odontológica		(3.783)	(1.838)
Provisão para perdas sobre créditos		(260)	239
Outras despesas operacionais de assistência odontológica não relacionada com planos odontológicos da operadora	17.e	(1.283)	(759)
Resultado bruto		40.140	34.776
Despesas de comercialização	17.d	(9.650)	(7.189)
Despesas administrativas	17.f	(20.125)	(21.220)
Resultado financeiro líquido	17.g	4.379	3.792
Receitas financeiras		4.729	4.007
Despesas financeiras		(350)	(215)
Resultado antes dos impostos e participações		14.744	10.159
Imposto de Renda	18	(2.600)	(1.731)
Contribuição Social	18	(996)	(651)
Participações sobre o lucro		(465)	(306)
Resultado líquido		10.683	7.471
Quantidade de ações	15.a	100.000.000	100.000.000
Lucro por ação		0,11	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Saúde e Odonto S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	10.683	7.471
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(103)	36
Variação do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(156)	54
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	53	(18)
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	10.580	7.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Saúde e Odonto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	38.134	-	-	7	(18.022)	20.119
Aumento de capital - conforme AGE de 15/02/2018	30.000					30.000
Ajuste de títulos e valores mobiliários				36		36
Lucro do exercício	-				7.471	7.471
Saldos em 31 de dezembro de 2018	68.134	-	-	43	(10.551)	57.626
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-			(103)		(103)
Lucro do exercício	-				10.683	10.683
Proposta de destinação do lucro:	-					
Reserva legal	-	6			(6)	-
Reserva estatutária	-		111		(111)	-
Dividendos	-				(15)	(15)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	68.134	6	111	(60)	-	68.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Saúde e Odonto S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Atividades operacionais		
Recebimento de planos odontológicos	91.162	73.001
Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços odontológicos	(39.550)	(31.610)
Pagamento de comissões	(9.031)	(6.968)
Pagamento de pessoal	(11.717)	(9.033)
Pagamento de serviços terceiros	(4.440)	(4.069)
Pagamento de tributos	(8.835)	(6.596)
Pagamento de promoção/publicidade	(1.988)	(564)
Resgate de aplicações financeiras	68.969	95.831
Aplicações financeiras	(77.494)	(133.936)
Outros pagamentos operacionais	(5.950)	(5.547)
Caixa líquido gerado / (consumido) das atividades operacionais	1.126	(29.491)
Atividades de investimento		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado	(90)	(7)
Pagamento de aquisição de projeto em desenvolvimento	(97)	-
Caixa líquido consumido das atividades de investimento	(187)	(7)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	30.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	30.000
Variação de caixa e equivalente de caixa	939	502
Caixa - no início do exercício	1.140	638
Caixa - no final do exercício	2.079	1.140
Ativos livres no início do exercício	49.572	13.902
Ativos livres no final do exercício	59.171	49.572
Diminuição nas aplicações financeiras - Recursos Livres	(9.599)	(35.671)

A conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais está apresentada na Nota 19.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Unimed Saúde e Odonto S.A. (doravante denominada por “Operadora”), registrada na ANS sob nº 41680-1, é uma Operadora de planos odontológicos que tem como missão tornar acessível à sociedade soluções em saúde bucal, baseada no modelo de atenção integral da saúde, com excelência no atendimento e valorização do profissional, e que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Operadora atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operações.

A Operadora compartilha com sua Controladora direta e indireta, Unimed Seguros Saúde S.A. e Unimed Seguradora S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Operadora é controlada direta da Unimed Seguros Saúde S.A. e controlada indireta da Unimed Seguradora S.A., cujo controle final pertence à Unimed Participações S.A..

A Operadora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos odontológicos, de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

2 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Resolução Normativa ANS nº 435, de 23 de novembro de 2018 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela ANS.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020.

b. Base para preparação

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação contido na Resolução Normativa nº 435/18, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

c. Continuidade

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Operadora continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS.

e. Moedas funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Utilização de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas referendadas pela ANS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As notas explicativas: 5 - aplicações financeiras, 6.d – Provisão para perdas sobre créditos, 11 – Movimentação das provisões técnicas e 14 – provisões para ações judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

g. Segregação entre circulante e não circulante

A Operadora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando estes atendem às seguintes premissas:

Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Operadora.

h. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora

Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 quando referendadas pela ANS. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Operadora, encontra-se:

(i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39 (CPC 38).

O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

(ii) CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

O CPC 6 (R2) será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

(iii) IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2017, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interina. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato.

O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário disponíveis em caixa e em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão registrados na rubrica “disponível”.

b. Ativos Financeiros

A Operadora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) determinação do valor justo e (v) redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado.

(iv) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os títulos de renda fixa privados denominados CDBs, debêntures e letras financeiras, utiliza-se a metodologia própria do custodiante, que pode utilizar o *spread* médio calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

(v) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(vi) **Empréstimos e recebíveis**

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, “Contraprestações pecuniárias a receber”.

c. Redução ao valor recuperável de contraprestações a receber

A Operadora reconhece uma provisão para perdas sobre créditos referente as contraprestações a receber com base em estudo e acompanhamento mensal de inadimplência histórica, e a mensura considerando a totalidade dos prêmios a receber vencidos acima de 30 dias.

d. Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme se segue:

- Bens móveis: 5 a 10 anos;
- Instalações: 5 a 10 anos; e
- Outros: 5 a 10 anos

e. Ativos intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Operadora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de *software*. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

A Operadora revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações.

Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de aproximadamente 5 anos a partir da data em que o sistema entre em operação e são avaliados para *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos com aquisição de carteira de clientes são classificados como ativos intangíveis. A amortização é realizada pelo prazo máximo de cinco anos, levando-se em consideração o número de beneficiários da carteira desde a aquisição. Mensalmente é realizado o acompanhamento do número de beneficiários e todas as exclusões no número de beneficiários da carteira adquirida é ajustado proporcionalmente ao saldo residual, ajustando a amortização do período.

f. Despesas diferidas

Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição dos contratos odontológicos, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do período de cobertura. Além de agenciamentos diferidos de acordo com o tempo de contrato. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

g. Provisões técnicas de operação de assistência odontológica

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as notas técnicas atuariais e determinações contidas nas normas da ANS:

- A provisão de contraprestação não ganha é constituída com base nas contraprestações apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário “*pro rata die*” do período de cobertura individual de cada contrato em pré-pagamento, a partir do primeiro dia de cobertura e as contraprestações emitidas antecipadamente ficam pendentes nas contas de compensação até o início de cobertura;
- A provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais é constituída pelo valor a pagar cobrado pelo prestador ou beneficiário, com base nos documentos recebidos até a data do balanço. O valor contabilizado na rubrica “Recuperação de sinistros” corresponde às glosas e as recuperações de coparticipação; e
- A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), é calculada tomando por base o desenvolvimento matemático de triângulos de “*run-off*” para o período de 18 meses, utilizando o método *Benktander-Hovinen* permutando os métodos *Chain-Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*.

h. Benefícios aos empregados

(i) Obrigações de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado.

(ii) **Planos de contribuição definida**

A Operadora também é patrocinadora de plano de previdência complementar administrado pela Unimed Seguradora S.A. para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora. A idade mínima para o recebimento dos benefícios é de 60 anos, respeitado o período mínimo de cinco anos de contribuição ao plano. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

Outros benefícios de curto prazo, tais como Seguro Saúde, Assistência odontológica, Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais, Convênio Farmácia, Previdência Privada Voluntária, Cinemark, Auxílio Creche e Babá, Vale Transporte, Convênio Estacionamento são oferecidos aos funcionários e são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

i. **Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes**

A Operadora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Operadora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j. **Reconhecimento de receita**

(i) **Reconhecimento de contraprestação emitida de contratos de planos odontológicos** - as receitas de contraprestações dos contratos de planos odontológicos são reconhecidas *pro rata* de acordo com o período de cobertura do risco das respectivas fatutas e/ou contratos.

(ii) **Receita de juros** - as receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Operadora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

k. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados na Assembleia Geral Ordinária.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda do exercício corrente e diferido foi calculada à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável anual que exceder R\$240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas. Os créditos por perdas fiscais ou base negativa somente serão registradas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

4 Gerenciamento de riscos

O processo de Gerenciamento de Riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a Operadora, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Este processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio.

Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Operadora.

A Diretoria Executiva do Grupo Seguros Unimed, no desempenho de suas atribuições como agentes de governança, contam com o suporte de Comitês de assessoramento, abaixo mencionados, compostos por membros da Diretoria Executiva, corpo técnico de colaboradores da Operadora e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê.

Comitê de Governança, Riscos e Compliance

O Comitê de Governança, Riscos e *Compliance* tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Operadora, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório.

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a serem realizadas pela Operadora, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretrizes que venham a ser adotadas pela Administração da Operadora.

Comitê de Produtos e Clientes

O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desempenho e introdução no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, frente aos índices e motivos de reclamações.

Comitê de Conduta Ética

Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Operadora.

Gestão de capital

A Unimed Saúde e Odonto S.A. segue a estrutura de gerenciamento de capital da sua controladora indireta, Unimed Seguradora S.A., a qual é suportada por Política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Esta Política estabelece papéis e

responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reenquadramento, quando constatadas irregularidades. A Diretoria Financeira, Técnica e Atuarial é responsável pela gestão e apuração dos resultados.

De maneira independente, a área de Gestão de Riscos e Governança monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. O Capital necessário para suportar os riscos está demonstrado na Nota Explicativa N°15.b.

a. Risco de subscrição

Riscos de oscilação da provisão de eventos

Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de planos odontológicos, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional.

Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Operadora possui os seguintes procedimentos:

- **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões** - neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente; e
- **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas** - mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão.

b. Risco de mercado

Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivide da seguinte maneira:

Risco de oscilação de preços

Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, índices e derivativos.

(i) Gerenciamento do risco de mercado

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

Para o controle de risco de mercado, a Operadora utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de *Value-at-Risk (VaR)*.

Neste sentido, partes das aplicações financeiras são alocadas em fundos de investimentos abertos e, para estes casos, são realizadas análises através do acompanhamento constante junto aos gestores, os quais utilizam modelos como o *VaR* e ferramentas de avaliação de risco das carteiras destes fundos. Não obstante, contamos com o suporte de consultoria externa para avaliação de risco de mercado.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Opedadora ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para contratos e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos).

(ii) Resultados do teste de sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de riscos: taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IPCA).

Para os títulos classificados na categoria “Ativos mantidos até o vencimento”, as oscilações de taxas de juros no mercado não têm qualquer efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados.

No caso dos títulos classificados na categoria “Ativos disponíveis para venda”, o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos.

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos prefixados e atrelados à inflação (IPCA), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros “Disponíveis para venda” e “Valor justo por meio do resultado” integrantes da carteira de investimentos da Operadora.

O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos títulos “Disponíveis para venda” integrantes da carteira de investimentos da Unimed Saúde e Odonto S.A..

No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para este horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses.

Impacto sobre lucro e patrimônio líquido, líquido dos impostos e contribuições:

Ativos Classe de ativo	Alocação	Impacto sobre lucro e patrimônio líquido/resultado	
		Taxa de Juros	
		+1%	-1%
Títulos Pós Fixados			
Disponível para Venda	22.360	224	(224)
Avaliados a Valor Justo	47.714	477	(477)
Títulos Pré Fixados			
Até o Vencimento	1.848	-	-
IPCA			
Até o Vencimento	2.367	-	-
IGP-M			
Até o Vencimento	1.101	-	-
Impacto no Resultado		477	(477)
Impacto Líquido de Impostos Resultado		315	(315)
Total	<u>75.390</u>		

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos pré-fixados e atrelados à inflação (IPCA), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil imediato caso as curvas de juros usadas no apreçamento desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (independentemente do vencimento).

O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos títulos "Disponíveis para venda" integrantes da carteira de investimentos da Operadora.

No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para este horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses.

(iii) Limitações da análise de sensibilidade

O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

c. Risco de liquidez

(i) Gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar este risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras).

Adicionalmente, é mantida uma “Carteira de Liquidez”, com uma parcela das aplicações financeiras alocadas em ativos de liquidez imediata, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

Ativos financeiros

Liquidez	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Imediata	14.956	19%	56.680	77%
1 a 30 dias	1.582	2%	3.358	5%
31 a 60 dias	33.181	42%	302	2%
61 a 90 dias	7.465	9%	188	1%
91 a 120 dias	225	-	-	-
121 a 150 dias	2.023	3%	47	1%
151 a 180 dias	349	-	35	1%
181 a 365 dias	208	-	171	1%
Mais de 365 dias	19.620	25%	7.367	12%
Totais	<u>79.609</u>	<u>100%</u>	<u>68.148</u>	<u>100%</u>

(ii) **Conciliação dos Ativos e Passivos**

A nota a seguir demonstra o *aging* das operações de todas as classes de ativos e passivos financeiros e planos odontológicos detidos pela Operadora.

	Sem vencimento	Vencidos até 1 ano	Vencidos acima de 1 ano	A vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Ativos financeiros							
Disponível	2.079	-	-	-	-	-	2.079
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	41.674	-	-	2.939	2.454	647	47.714
Títulos públicos	-	-	-	2.939	2.454	647	6.040
Quotas de fundos de investimento abertos	41.674	-	-	-	-	-	41.674
Ativos financeiros disponíveis para a venda	-	-	-	11.596	8.798	1.966	22.360
Títulos privados	-	-	-	11.596	8.798	1.966	22.360
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	-	2.556	2.760	5.316
Títulos privados	-	-	-	-	2.556	2.760	5.316
Crédito de operações com planos de assistência odontológica (*)	-	202	402	897	-	-	1.501
Contraprestação pecuniária a receber	-	202	402	768	-	-	1.372
Contraprestação corresponsabilidade assumida	-	-	-	129	-	-	129
Bens e títulos a receber	-	542	4	93	-	-	639
Total dos ativos financeiros e de seguros	43.753	1.327	408	14.940	13.808	5.373	79.609
	Sem vencimento	Vencidos acima de 1 ano	Vencidos até 1 ano	A vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	4.356	-	-	5.523	-	-	9.879
Débitos de operações de assistência odontológica	-	-	-	1.702	-	-	1.702
Tributos e contribuições a recolher	-	-	-	836	-	-	836
Débitos diversos	-	186	246	1.483	-	-	1.915
Obrigações com pessoal	-	-	-	966	-	-	966
Fornecedores	-	-	102	264	-	-	366
Depósitos de terceiros	-	173	143	160	-	-	476
Outros débitos a pagar	-	13	1	93	-	-	107
Total dos passivos financeiros e de seguros	4.356	186	246	9.544	-	-	14.332

(*) Valor líquido da provisão para riscos de créditos.

d. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Operadora a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna onde os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito, e têm seus *ratings* avaliados por agências renomadas atuantes no mercado (*Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's*). A exposição da Operadora e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a carteira de ativos financeiros da Operadora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco:

Rating dos ativos financeiros

Nota	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Soberano	6.040	8%	2.790	4%
AAA	3.467	4%	6.379	9%
AA	15.652	20%	12.796	19%
A	9.874	12%	1.180	2%
Total em Risco	35.033	44%	23.145	34%
Sem Classificação (*)	44.576	56%	45.003	66%
Total	79.609	100%	68.148	100%

(*) Fundos de investimentos abertos, prêmios, títulos e créditos a receber e outros valores e bens.

O risco de crédito de prêmios a receber é observado e calculado com base nas políticas de perdas sobre créditos a receber.

Risco de concentração de investimentos

Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos.

e. Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos.

Controle do risco operacional

A metodologia de Gestão de Riscos da Unimed Saúde e Odonto S.A. tem como base os componentes e princípios do *framework* do COSO ERM e COSO 2013, que tem como objetivo propiciar uma gestão integrada e eficaz, em linha com as melhores práticas utilizadas no mercado nacional e internacional para proposição e implementação do modelo corporativo de gestão de riscos, controles e segurança.

O processo de gestão de riscos da Unimed Saúde e Odonto S.A. é conduzido pela Área de Gestão de Riscos e está estruturado da seguinte forma:

(i) Identificação dos riscos

O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pelas equipes de Processos e Gestão de Riscos no apoio às áreas de negócio e apoio, para identificar, mapear e associar os riscos aos subprocessos da Operadora. Podemos separar a etapa de identificação em cinco atividades principais:

- Mapear os processos;
- Identificar os riscos e fatores de riscos;
- Identificar os controles e associá-los aos riscos;
- Identificar normas e regulamentações; e
- Identificação de deficiências.

(ii) Mensuração e avaliação

O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pela área de Gestão de Riscos no suporte às áreas de negócio e apoio, para mensurar e avaliar os riscos da Operadora. Destacamos as principais atividades desta etapa:

- Classificação do impacto;
- Realizar a autoavaliação do ambiente de controle;
- Realizar o *walkthrough* e testes;
- Avaliação da aderência aos normativos; e
- Avaliação dos riscos residuais.

(iii) Resposta ao risco (mitigação e controle)

Para os riscos identificados sem controles associados e/ou controles testados e considerados inefetivos, sejam por falha no desenho do controle ou falta de eficiência do controle, a área de Gestão de Riscos apoia os gestores das áreas de negócio e apoio na definição da resposta aos riscos. Para orientar a tomada de decisão, deve ser definida a resposta aos riscos, conforme as categorias descritas abaixo:

- Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que geram riscos. Evitar o risco pode implicar na descontinuação de uma linha de serviços, divisão de negócios, processos ou subprocessos;
- Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos ou subprocessos;
- Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco, por exemplo: cosseguro, resseguro ou *outsourcing*; e

- Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco.

Para os riscos que as áreas gestoras não optarem por “evitar” ou “aceitar”, deverão ser definidos planos de ação para correção/melhoria do ambiente de controle, visando à mitigação do risco.

(iv) Monitoramento

Tendo como base os riscos avaliados na etapa de Mensuração e Avaliação, a área de Gestão de Riscos define indicadores com foco nos riscos priorizados (riscos considerados com impacto “alto”). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente.

(v) Reporte

A etapa de reporte contempla a responsabilidade da área de Gestão de Riscos no apoio às áreas gestoras, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à alta Administração da Operadora.

f. Concentração de riscos

A concentração apresentada é baseada no faturamento líquido obtido no exercício, porém, a distribuição de beneficiários é bem menos concentrada devido aos participantes dos planos de saúde empresarial, não estarem situados na mesma localização de seus estipulantes.

	Centro Oeste		Nordeste		Sudeste		Sul		Total	
2019	10.116	11%	9.744	11%	58.961	65%	11.646	13%	90.467	100%

g. Principais ramos de atuação

Aproximadamente 94,5% da carteira está concentrada em Planos Coletivos cujos riscos são minimizados através das revisões anuais dos contratos, visando o equilíbrio atuarial. A concentração de Planos Individuais ou Familiares é de apenas 5,5% sendo esta carteira reajustada anualmente por índice contratualmente pré-fixado.

5 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação

Títulos	Níveis	Vencimentos				Valor Contábil	Ativos			Total			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento		Valor Custos Atualizado	Ajuste a valor justo	2019	%	2018	%	
Valor justo por meio do resultado		2.939	2.454	647	41.674	47.714	47.924	(210)	47.714	63%	40.930	65%	
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	-	41.674	41.674	-	41.674	55%	40.930	65%		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	2.939	2.454	647	-	6.040	(210)	6.040	8%	-	-		
Disponível para venda		11.596	8.798	1.966	-	22.360	22.547	(187)	22.360	30%	18.344	29%	
Depósito bancário a prazo (CDB)	2	9.137	-	-	-	9.137	9.141	(4)	9.137	12%	757	1%	
Debêntures	2	-	5.740	1.966	-	7.706	7.802	(96)	7.706	10%	7.370	12%	
Letra Financeira (LF)	2	2.459	3.058	-	-	5.517	5.604	(87)	5.517	7%	7.427	12%	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.790	4%	
Mantidos até o vencimento		-	2.556	2.760	-	5.316	6.033	(717)	5.316	7%	4.024	6%	
Debêntures	2	-	-	2.760	-	2.760	3.117	(357)	2.760	4%	2.648	4%	
Letra Financeira (LF)	2	-	2.556	-	-	2.556	2.916	(360)	2.556	3%	1.376	2%	
Total		14.535	13.808	5.373	41.674	75.390	76.504	(1.114)	75.390	100%	63.298	100%	

b. Hierarquia do valor justo

Os valores de referência foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo;
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, bem como entre níveis hierárquicos.

c. Taxa de juros contratada

Títulos	Classe	Taxa de Juros Contratada		2019
Quotas de Fundos de Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa			41.674
Depósito bancário a prazo (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	103,91%	CDI	9.137
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	101,50%	CDI	4.896
		CDI + 1,15%		2.811
		IGPM + 6,10%		1.101
		IPCA + 6,00%		1.658
Letra Financeira (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	107,56%	CDI	5.517
		IPCA + 6,10%		708
		PRE 9,86%		1.848
Letras Financeiras do Tesouro	Títulos Públicos pós-fixados	100%	SELIC	6.040
Total				75.390

d. Movimentação das aplicações financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo Inicial do Exercício	63.298	22.128
Aplicação	77.494	133.936
Resgate	(68.969)	(95.831)
IR	(776)	(783)
Receita Financeira	4.499	3.794
Ajuste a valor de mercado	(156)	54
Saldo Final do Exercício	<u>75.390</u>	<u>63.298</u>

e. Garantia das provisões técnicas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões técnicas	9.879	8.533
Total a ser coberto	9.879	8.533
Títulos de renda fixa - públicos	2.184	2.790
Títulos de renda fixa - privados	14.035	10.936
Total de ativos em garantia	16.219	13.726
Suficiência de cobertura	6.340	5.193

6 Créditos de operações com planos de assistência odontológica

a. Contraprestações a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contraprestação a receber - pessoa física e jurídica	6.162	6.986
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	129	695
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(4.790)	(5.099)
Total	1.501	2.582

b. Movimentação de contraprestações a receber bruto da provisão para perdas sobre créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contraprestações pendentes no início do exercício	7.681	6.837
Contraprestações emitidas	90.212	72.721
Contraprestação corresponsabilidade assumida	(566)	695
Recebimentos	(90.467)	(73.001)
Baixa contraprestações incobráveis	(569)	429
Contraprestações pendentes no final do exercício	6.291	7.681

c. Contraprestações a receber por vencimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contraprestações a vencer		
1 a 30 dias	890	896
31 a 120 dias	7	13
Contraprestações vencidas		
1 a 30 dias	604	1.673
31 a 120 dias	174	181
121 a 365 dias	301	369
Superior a 365 dias	4.315	4.549
Total	6.291	7.681

d. Provisão para perdas sobre créditos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	5.099	5.336
Constituições	466	578
Reversões	(206)	(386)
Baixa contraprestações incobráveis	(569)	(429)
Saldo no final do exercício	4.790	5.099

7 Despesas Diferidas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	1.036	725
Constituição	4.502	1.828
Reversão	(2.439)	(1.517)
Saldo no final do exercício	3.099	1.036

8 Créditos tributários e previdenciários

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos e contribuições a compensar:		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.218	1.098
Outros créditos tributários	4	2
Total circulante	1.222	1.100
Crédito tributário sobre diferença temporária de imposto de renda	23	-
Crédito tributário sobre diferença temporária de contribuição social	8	-
PIS diferido	34	29
COFINS diferido	208	178
Total não circulante	273	207

9 Bens e títulos a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos a funcionários	57	50
Outros créditos a receber	1.009	483
Adiantamento a Corretores	5	1.027
Provisão para perdas sobre créditos	(432)	(432)
Total	639	1.128

10 Imobilizado e intangível

a. Imobilizado

	2019								Taxas anuais de depreciação (%)
	Saldo em 2018	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2019	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	
<i>Hardware</i>	5	-	-	-	5	49	(44)	5	20%
Móveis, máquinas e utensílios	63	37	-	(18)	82	219	(138)	82	10%
Equipamentos	15	53	-	(22)	46	93	(47)	46	10%
Total	83	90	-	(40)	133	361	(229)	133	

	2018								Taxas anuais de depreciação (%)
	Saldo em 2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2018	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	
<i>Hardware</i>	5	-	-	-	5	49	(44)	5	20%
Móveis, máquinas e utensílios	79	4	(2)	(18)	63	182	(119)	63	10%
Equipamentos	18	3	-	(6)	15	40	(25)	15	10%
Total	102	7	(2)	(24)	83	271	(188)	83	

b. Intangível

2019								
	Saldo em 2018	Aquisições	Amortização	Saldo em 2019	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de amortização (%)
<i>Software</i>	817	-	(460)	357	27.053	(26.696)	357	20%
Software em desenvolvimento	-	97	-	97	97	-	97	0%
Total	817	97	(460)	454	27.150	(26.696)	454	
2018								
	Saldo em 2017	Aquisições	Amortização	Saldo em 2018	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de amortização (%)
<i>Software</i>	1.393	-	(576)	817	3.684	(2.867)	817	20%
Aquisição de carteira (*)	2.286	-	(2.286)	-	23.369	(23.369)	-	29,4% (**)
Total	3.679	-	(2.862)	817	27.053	(26.236)	817	

(*) Refere-se a aquisição de carteira Unimed Vitória em março de 2016.

(**) Média das taxas de amortização utilizadas ao longo do exercício.

11 Movimentação de provisões técnicas

	Provisão Contraprestação Não Ganha (PPCNG)	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisado (PEONA)	Provisão de Eventos a Liquidar (PESL)	Total
Saldo em 12/2018	341	3.731	4.461	8.533
Constituição	98.885	863	44.823	93.746
Reversão/apropriação	(98.916)	(238)	(4.521)	(52.850)
Pagamentos	-	-	(39.550)	(39.550)
Saldo em 12/2019	310	4.356	5.213	9.879

	Provisão Contraprestação Não Ganha (PPCNG)	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisado (PEONA)	Provisão de Eventos a Liquidar (PESL)	Total
Saldo em 12/2017	314	3.285	3.287	6.886
Constituição	7.915	658	36.792	45.365
Reversão	(7.888)	(212)	(4.008)	(12.108)
Pagamentos	-	-	(31.610)	(31.610)
Saldo em 12/2018	341	3.731	4.461	8.533

12 Tributos e encargos a recolher

	2019	2018
Impostos sobre serviços - ISS	158	140
Contribuições previdenciárias	187	172
Impostos e contribuições retidos na fonte	212	121
Demais tributos e encargos a recolher	279	639
Circulante	836	1.072
Imposto de Renda	-	16
Contribuição Social	-	6
Não circulante	-	22
Total	836	1.094

13 Débitos diversos

	2019	2018
Obrigações com pessoal	966	801
Fornecedores	366	298
Depósitos de terceiros	475	15
Despesas compartilhadas	93	327
Dividendos a pagar	15	-
Total	1.915	1.441

14 Provisões para ações judiciais

Natureza	Provisão para ações judiciais							Depósitos judiciais		
	Saldo em 2018	Principal	Reversão principal	Atualizações	Reversão de atualizações	Honorário de Sucumbência	Pagamentos	Saldo em 2019	2019	2018
1 - Fiscal	1.709	954	(61)	121	(1)	-	-	2.722	634	364
1.1 - INSS Liminar Judicial	364	245	-	29	-	-	-	638	634	364
1.2 - Taxa de Saúde Suplementar	1.003	582	-	71	-	-	-	1.656	-	-
1.3 - PIS Processo ISS	14	12	-	1	-	-	-	27	-	-
1.4 - COFINS Processo ISS	90	79	-	7	-	-	-	172	-	-
1.5 - COFINS S/BASE PIS/COFINS	18	34	(52)	1	(1)	-	-	-	-	-
1.6 - PIS S/BASE PIS/COFINS	3	6	(9)	-	-	-	-	-	-	-
1.7 - ISS LC 157/16	217	-	-	12	-	-	-	229	-	-
2 - Contingências Cíveis	164	713	(87)	42	(14)	3	(118)	703	521	55
Total	1.873	1.667	(148)	163	(15)	3	(118)	3.425	1.155	419

1. Fiscal

- 1.1 **INSS Liminar Judicial** - Recolhimento da contribuição previdenciária, sobre verbas trabalhistas. A operadora através de parecer de seus assessores jurídicos considera como perda possível as seguintes verbas, adicionais de hora-extra e noturno, férias usufruídas, descanso semanal remunerado, e considera como perda provável, salário-maternidade, salário-paternidade e gratificação natalina/13º salário, sendo certo que para estas verbas a empresa vem realizando os depósitos judiciais dos valores e conseqüentemente constituindo a provisão destes valores. R\$ 638.
- 1.2 **Taxa de Saúde Suplementar (TSS)** - Discute a legalidade da cobrança da referida taxa. Os assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda financeira ao fim da ação, a operadora vem provisionando os valores relativos a taxa. R\$ 1.656.
- 1.3 **Exclusão do ISS da base de cálculo PIS** - a operadora através de seus assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a empresa vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. R\$ 27.
- 1.4 **Exclusão do ISS da base de cálculo COFINS** - a operadora através de seus assessores jurídicos consideram a probabilidade de perda como possível, e para fazer frente a eventual perda futura, a empresa vem provisionando os valores relativos a esta parte do tributo. R\$ 172.
- 1.5 **COFINS sobre base de cálculo PIS/COFINS** - A Companhia obteve, em outubro/2018, liminar que suspendia a exigibilidade da inclusão da COFINS na sua própria base de cálculo. Em decorrência da revogação dessa liminar, a Companhia optou por recolher os valores retroativos, e posteriores.
- 1.6 **PIS sobre base de cálculo PIS/COFINS** - A Companhia obteve, em outubro/2018, liminar que suspendia a exigibilidade da inclusão da PIS na sua própria base de cálculo. Em decorrência da revogação dessa liminar, a Companhia optou por recolher os valores retroativos, e posteriores.
- 1.7 **ISS Lei Complementar 157/16** - O entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal definiu que o ICMS não compõe faturamento ou receita bruta das empresas, devendo ser excluído da base de cálculo de PIS e COFINS. Nossos assessores jurídicos entendem que, assim como o ICMS, o PIS e o COFINS não devem compor sua própria base de cálculo.

2. **Contingências cíveis** - A operadora responde a processos de natureza cível, em diversas fases de tramitação. Conforme avaliação dos nossos assessores jurídicos o montante para as classificações de perda “provável” e “possível” é de R\$ 703. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a operadora constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável

Trabalhistas – A Operadora não possui processos trabalhistas com prognósticos de perda possível ou provável. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a Operadora constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 68.134 (R\$ 68.134 em 2018) composto por 100.000.000 (100.000.000 em 2018) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(i) Reserva legal

Constituída ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social.

(ii) Reserva de investimento e capital de giro

O saldo do lucro líquido, após destinações de reserva legal e dividendos se houver, será destinado à Reserva de Investimento e Capital de Giro, a qual não poderá exceder o valor do capital social. Esta reserva que terá por finalidade absorver prejuízos, assegurar investimentos em participações em outras sociedades, no imobilizado, nas operações da Seguradora, no intangível e acréscimo do capital de giro.

A constituição da Reserva de Investimento e Capital de Giro pode ser dispensada ou diminuída por deliberação da Assembleia Geral, na hipótese desta vir a decidir pela destinação de lucros para pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

(iii) Dividendos

De acordo com o Artigo 30, § 1º, inciso II do Estatuto Social da Unimed Saúde e Odonto S.A., o pagamento mínimo de dividendos ou juros sobre capital próprio deve considerar:

- Lucro líquido do exercício;
- (-) Destinação de reserva legal de 5%; e
- Sobre a base de cálculo, distribuir no mínimo 10%.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	<u>10.683</u>	<u>7.471</u>
Compensação com prejuízos acumulados	<u>(10.551)</u>	<u>-</u>
Reserva legal	<u>6</u>	<u>-</u>
Base de cálculo dos dividendos	126	
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>15</u>	<u>-</u>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	<u><u>10%</u></u>	<u><u>10%</u></u>

b. Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio líquido	<u>68.191</u>	<u>57.626</u>
Deduções:	<u>(3.556)</u>	<u>(1.955)</u>
(-) Despesas diferidas	(3.099)	(1.036)
(-) Despesas Antecipadas	(3)	(102)
(-) Ativo intangível	(454)	(817)
Patrimônio mínimo ajustado	<u>64.635</u>	<u>55.671</u>
a) 0,20 das contraprestações retidas dos últimos 12 meses	18.093	14.760
b) 0,33 da média dos eventos conhecidos dos últimos 36 meses	11.237	10.294
Margem de solvência (maior entre (a) e (b))	18.093	14.760
Suficiência (PMA - M.S.)	<u>46.542</u>	<u>40.911</u>
% sobre patrimônio mínimo ajustado	72,01%	73,49%

16 Transações e saldos com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração.

É contabilizada na rubrica “Despesas administrativas” a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Segue:

- (a) Despesas administrativas e compartilhadas com as controladoras Unimed Seguradora S.A. e Unimed Seguros Saúde S.A..
- (b) Receita com planos odontológicos com as controladoras, Unimed Seguradora S.A., Unimed Seguros Saúde S.A., Unimed Patrimoniais S.A., Unimed Participações e a empresa relacionada do Sistema Cooperativo Unimed (Federação Interfederativa das Cooperativas de trabalho médico do Estado de Minas Gerais).
- (c) Débitos de Operações de assistência odontológica com as empresas pertencentes ao sistema cooperativo Unimed.
- (d) Remuneração pela estipulação de contratos de pró-labore com as empresas cooperativas singulares pertencentes ao sistema cooperativo Unimed.
- (e) Despesas com pessoal próprio com as controladoras Unimed Seguradora S.A. e Unimed Seguros Saúde S.A..
- (f) Despesas com honorários de administração de carteira de investimentos.
- (g) Custo de aquisição e agenciamento diferidos.
- (h) Dividendos a pagar.
- (i) Sinistros ocorridos.

As principais operações com entidades do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed estão detalhadas a seguir:

	2019	2018
Ativo		
Custo de aquisição diferido: (g)		
Unimed Rio	1.760	-
Total	1.760	-
Passivo		
Débitos de operações: (d)		
Cooperativas Unimed	41	36
Dividendos a pagar: (h)		
Unimed Seguros Saúde S.A.	12	-
Unimed Seguradora S.A.	3	-
Débitos diversos:		
Investcoop (f)	34	-
Unimed Seguros Saúde S.A. (a)	14	106
Unimed Seguradora S.A. (a)	80	221
Total	313	363
Receitas		
Contraprestações emitidas: (b)		
Federação Interestadual do Estado de Minas Gerais	15	38
Unimed Seguros Saúde S.A.	109	12
Unimed Seguradora S.A.	160	13
Unimed Belo Horizonte	5.349	4.765
Acionistas minoritários	54	1.191
Unimed Patrimoniais S.A.	6	-
Unimed Participações	1	-
Total	9.800	6.019
Despesas		
Despesas de Comercialização: (d)		
Cooperativas Unimed	172	174
Despesas com pessoal próprio:		
Investcoop (f)	88	-
Unimed Seguros Saúde S.A. (e)	762	679
Unimed Seguradora S.A. (e)	67	47
Sinistros: (i)		
Unimed Belo Horizonte	5.349	-
Acionistas minoritários	54	-
Despesas administrativas compartilhadas: (a)		
Unimed Seguros Saúde S.A.	1.334	1.453
Unimed Seguradora S.A.	2.891	2.538
Total	10.717	4.891

17 Detalhamento das contas de resultado

a. Contraprestações efetivas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contraprestações emitidas	94.062	76.200
Contraprestações canceladas	(3.588)	(2.355)
Contraprestações restituídas	(38)	(19)
Variação das contraprestações não ganhas	31	(27)
Total	<u>90.467</u>	<u>73.799</u>

b. Tributos diretos de operações com planos de assistência

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
COFINS	(2.073)	(1.648)
PIS	(337)	(268)
ISS	(1.862)	(1.682)
ISS Lei Complementar 157/16	-	29
Total	<u>(4.272)</u>	<u>(3.569)</u>

c. Eventos conhecidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Eventos conhecidos	(44.823)	(36.792)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(625)	(446)
Glosas	4.521	4.008
Recuperação de eventos	99	112
Total	<u>(40.828)</u>	<u>(33.118)</u>

(i) Abertura dos eventos conhecidos líquidos de recuperações de eventos e glosas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Planos individuais/familiares		
Rede contratada	(1.345)	(1.331)
Total	<u>(1.345)</u>	<u>(1.331)</u>
Planos coletivos empresariais		
Rede contratada	(38.858)	(31.341)
Total	<u>(38.858)</u>	<u>(31.341)</u>
Total de eventos líquidos de recuperação e glosa	<u>(40.203)</u>	<u>(32.672)</u>

d. Despesas de comercialização

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões sobre prêmios emitidos	(6.735)	(5.220)
Despesa com agenciamento	(4.683)	(1.996)
Variação das despesas de comercialização diferidas	2.070	314
Despesas com administração de apólices	(302)	(287)
Total	<u>(9.650)</u>	<u>(7.189)</u>

e. Outras receitas e despesas operacionais

	2019	2018
Ajuste ao valor de realização para obrigação	99	-
Outras receitas com operação de Assistência Odontológica	-	-
Outras receitas Assistência Odontológica	-	22
Subtotal	99	22
Despesas com confecção de carterinhas	(349)	(526)
Despesas com cobrança	(263)	(233)
Outras despesas com operações de Assistência Odontológica	(500)	(802)
Outras despesas operacionais com sistemas	(1.900)	-
Despesas com contingências cíveis	(622)	(244)
Despesas com encargos sociais	(149)	(33)
Despesas com provisão sobre contraprestações odontológicas	(260)	239
Subtotal	(4.043)	(1.599)
Outras despesas operacionais	(1.283)	(759)
Total	(5.227)	(2.336)

f. Despesas administrativas

	2019	2018
Despesas com pessoal	(10.711)	(10.666)
Serviços de terceiros	(5.274)	(4.319)
Despesas com amortização	(1.822)	(2.862)
Localização e funcionamento	(460)	(1.807)
Despesa com publicidade e propaganda	(732)	(467)
Outras	(467)	(454)
Subtotal	(19.466)	(20.575)
Despesas com tributos:		
Taxas de saúde suplementar	(582)	(523)
Impostos sobre serviços	(2)	(13)
Multas administrativas	-	(80)
Outros	(72)	(29)
Subtotal	(659)	(645)
Total	(20.125)	(21.220)

g. Receitas e despesas financeiras

Receitas

Receitas com títulos privados	1.807	1.585
Valor justo por meio do resultado	-	4
Disponível para venda	1.310	1.240
Mantidos até o vencimento	497	341
Receitas com títulos públicos	214	254
Valor justo por meio do resultado	38	21
Disponível para venda	176	233
Receitas com fundos de investimento	2.482	1.964
Valor justo por meio do resultado	2.482	1.964
Demais receitas financeiras	226	204
Receitas financeiras com operações de assistência odontológica	48	58
Receitas com créditos tributários	32	22
Receitas financeiras com depósitos judiciais	32	16
Outras receitas financeiras	114	108
Subtotal	4.729	4.007
Despesas		
Despesas com títulos de renda fixa e variável	(1)	(3)
Mantidos até o vencimento	(1)	(3)
Despesas com fundos de investimentos	(3)	(6)
Valor justo	(3)	(6)
Demais despesas financeiras	(346)	(206)
Despesa financeira com operações de assistência odontológica	(153)	(28)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(1)	(1)
Encargos sobre provisões para contingências	(119)	(174)
Outras despesas financeiras	(73)	(3)
Subtotal	(350)	(215)
Total	4.379	3.792

18 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	14.279	9.853	14.279	9.853
Adições e Exclusões:				
Provisão para contingências	1.551	1.108	1.551	1.108
Provisão para risco de créditos	(308)	(667)	(308)	(667)
Brindes e patrocínio	61	25	61	25
Donativo	75	10	75	10
Programa de participação no resultado	128	(36)	128	(36)
Outras	17	33	17	33
Compensação de base negativa de períodos anteriores	(4.741)	(3.098)	(4.741)	(3.098)
Base de cálculo:	11.062	7.228	11.062	7.228
Alíquotas:				
Imposto de renda e Contribuição social	1.659	1.084	996	651
Adicional 10%	1.082	699	-	-
Outros	(141)	(52)	-	-
Tributos correntes	2.600	1.731	996	651
Resultado imposto de renda e contribuição social	2.600	1.731	996	651
Alíquota efetiva	18%	18%	7%	7%

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 4.748 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 9.489 em 31 de dezembro de 2018), os quais não possuem prazo prescricional e sua compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

19 Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais

	2019	2018
Lucro do exercício	10.683	7.471
Ajustes para:	(804)	2.283
Depreciação e amortização	500	2.886
Redução do valor recuperável de contraprestação	260	(237)
Créditos tributários e previdenciários	(187)	(440)
Despesas antecipadas	99	(87)
Diferimento dos custos de aquisição diferidos	(2.070)	(314)
Diferimento das provisões técnicas	594	473
Baixas permanentes	-	2
Variação das contas patrimoniais:	(12.256)	(42.851)
Aplicações financeiras	(12.195)	(41.134)
Crédito de operações com planos de assistência odontológica	821	(840)
Custo de aquisição diferidos	7	3
Bens e títulos a receber	489	(14)
Depósitos judiciais e fiscais	(736)	(329)
Débitos diversos	460	(319)
Tributos e contribuições a recolher	(3.761)	(3.499)
Débitos de operações de assistência odontológica	356	999
Provisões técnicas de operações de assistência odontológica	752	1.174
Provisões judiciais	1.551	1.108
Caixa (consumido) nas atividades operacionais	(2.377)	(33.096)
Impostos pagos sobre o lucro	3.503	3.605
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades operacionais	1.126	(29.491)
Variação fluxo de caixa operacional	938	(29.491)

Diretoria

Helton Freitas
Diretor-Presidente

Adelson Severino Chagas
Diretor

Agenor Ferreira da Silva Filho
Diretor

Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor

Tajumar Custodio Martins
Diretor

Atuária

Lara Cristina da Silva Facchini
Atuária - MIBA - 1118

Contador

Vinicius Negrini de Oliveira
CRC: 1SP242483/O-8